

Portaria n.º 675/2009, de 23 de Junho, fixa os valores limite de emissão de aplicação geral (VLE gerais) aplicáveis às instalações abrangidas pelo Decreto -Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril;

Portaria n.º 676/2009, de 23 de Junho altera a tabela n.º 3 do anexo da Portaria n.º 80/2006, de 23 de Janeiro, relativa à lista de substâncias cancerígenas;

Portaria n.º 677/2009, de 23 de Junho, fixa os valores limite de emissão (VLE) aplicáveis às instalações de combustão abrangidas pelo Decreto -Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril;

Norma Portuguesa NP 2167 (2007), relativa às condições a cumprir na “Secção de amostragem e plataforma para chaminés ou condutas circulares de eixo vertical”;

Regulamento (CE) n.º 2037/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono;

Regulamento (CE) n.º 166/2006, de 18 de Janeiro (Regulamento PRTR);

Regulamento (CE) n.º 552/2009, de 22 de Junho de 2009 que altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH), no que respeita ao anexo XVII;

Decisão da Comissão n.º 2006/61/EC, de 2 de Dezembro de 2005 (Decisão PRTR).

22 — A avaliação psicológica visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

23 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

24 — Os critérios de apreciação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo as respectivas fórmulas classificativas, constarão de actas de reuniões de júri do procedimento concursal, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

25 — A classificação final dos candidatos será obtida na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9, 5 valores.

26 — Os candidatos deverão entregar o requerimento de admissão ao presente procedimento concursal pessoalmente ou através de remessa pelo correio, com registo e aviso de recepção, emitido até ao termo do prazo fixado, findo o qual não serão consideradas, para a Divisão de Gestão de Recursos Humanos, Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Zambujal, Apartado 7585 — 2611-865 Amadora, dirigido ao Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, devendo, para o efeito, utilizar o formulário de candidatura (obrigatório) previsto no Despacho (extracto) n.º 11321/2009, publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio de 2009, que se encontra disponível na página electrónica da Agência Portuguesa do Ambiente.

27 — O requerimento de admissão deve, obrigatoriamente, ser acompanhado dos documentos:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado pelo candidato;

b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;

c) Fotocópia dos documentos comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação do período e carga horária;

d) Declaração, devidamente actualizada e autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a existência e natureza da relação jurídica de emprego público, a categoria e posição remuneratórias detidas e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, a indicação do conteúdo funcional correspondente ao último posto de trabalho ocupado, bem como as avaliações de desempenho relativas aos últimos três anos e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto.

e) Declaração de funções relativa a cada uma das actividades desenvolvidas e respectiva experiência profissional, designadamente no último posto de trabalho ocupado, com relevância para o presente procedimento concursal.

28 — Os indivíduos que não sejam detentores de relação jurídica de emprego público previamente estabelecida encontram-se dispensados da apresentação dos documentos exigidos nas alíneas d) e e) do ponto 27 do presente aviso.

29 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicitada na página electrónica da Agência Portuguesa do Ambiente.

30 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

31 — O júri terá a constituição que a seguir se refere, sendo o respectivo presidente substituído nas suas faltas e ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo:

Presidente: Maria Julieta Garcia Ferreira São Marcos — Directora do Departamento de Avaliação e Licenciamento Ambiental;

1.º Vogal efectivo: Teresa Margarida Fazenda de Oliveira Martins Torcato — Chefe de Divisão do Controlo Integrado da Poluição;

2.º Vogal efectivo: Pedro Manuel Ducla Soares Sottomayor Cardia — Técnico Superior;

1.º Vogal suplente: Paula Patrícia Canas da Cunha Sanches Gama — Técnica Superior;

2.º Vogal suplente: Ana Paula Pires Chaves Trindade Quintino — Técnica Superior.

32 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

33 — Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Data: 17 de Junho de 2010. — Nome: *Fernanda da Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*, Cargo: Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos Financeiros e Patrimoniais.

203426651

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação

Despacho n.º 11041/2010

O Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro, diploma que criou o Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades e definiu o regime de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiências e incapacidades, procedeu à reforma dos programas de apoio à inserção profissional implementados desde a década de 80.

O novo programa prevê no seu artigo 91.º a criação de uma estrutura de acompanhamento constituída por representantes do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., adiante designado IEFP, I. P., e pelas organizações representativas das entidades que desenvolvem actividade na área da reabilitação profissional de pessoas com deficiências e incapacidades, o qual se designou por Fórum para a Integração Profissional, adiante designado Fórum.

O Fórum pretende, assim, dar continuidade à política de cooperação e apoio às entidades que integram a rede de respostas para este público e que desenvolvem acções de formação profissional, informação, avaliação e orientação para a qualificação e o emprego, apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação, estas últimas no âmbito da cooperação estabelecida com os centros de recursos, enquanto estruturas de suporte e apoio complementar e especializado à intervenção dos centros de emprego.

Nos termos do n.º 3 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro, os membros do Fórum são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da reabilitação profissional, ouvidas as estruturas representativas das entidades de reabilitação profissional.

Assim, determino:

1 — É criado o Fórum para a Integração Profissional, adiante designado por Fórum.

2 — Compete ao Fórum garantir o acompanhamento regular da execução das políticas de emprego e formação profissional dirigidas às pessoas com deficiências e incapacidades, cabendo-lhe, designadamente:

a) Assegurar o contributo da sociedade civil para a concepção, desenvolvimento, implementação, monitorização e avaliação das políticas de reabilitação profissional;

b) Estimular o trabalho em rede das organizações que desenvolvem actividade na área da reabilitação profissional com os serviços públicos de emprego e formação profissional;

c) Pronunciar-se, quando solicitado, sobre acções, iniciativas ou projectos concretos de execução.

3 — O Fórum é constituído por dois representantes, um efectivo e outro suplente, das seguintes entidades:

- a) Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., doravante designado IEFP, I. P., que preside;
- b) FAPPC — Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral;
- c) FENACERCI — Federação Nacional das Cooperativas de Solidiedade Social;
- d) FORMEN — Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência;
- e) HUMANITAS — Federação Portuguesa para a Deficiência Mental.

4 — Os membros efectivos com assento no Fórum e respectivos membros suplentes são designados por dois anos, mediante indicação das organizações representativas das entidades referidas no número anterior e, sob proposta do IEFP, I. P., a apresentar ao membro do Governo responsável pela área da reabilitação profissional.

5 — O presidente designa, de entre os restantes membros, quem o substituirá nas suas ausências ou impedimentos.

6 — Podem ainda ser convidados a participar nas reuniões do Fórum representantes de organizações, serviços públicos e peritos que desenvolvem actividades na área da reabilitação de pessoas com deficiências e incapacidades, sempre que tal se revele necessário aos trabalhos a desenvolver.

7 — O Fórum é convocado pelo IEFP, I. P., reunindo ordinariamente numa base trimestral e, extraordinariamente, mediante proposta de um terço dos seus membros ou pelo membro do Governo responsável pela área da reabilitação.

8 — O funcionamento do Fórum rege-se pelas normas do Código do Procedimento Administrativo.

9 — O Fórum tem o apoio logístico e funciona junto do IEFP, I. P.

10 — A participação no Fórum não é remunerada.

11 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

23 de Junho de 2010. — A Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, *Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz*.

203426221

Instituto da Segurança Social, I. P.

Departamento de Recursos Humanos

Aviso n.º 13369/2010

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 56 postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior dos mapas de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P. — Referência DRH/TS/90/2009.

Através do aviso n.º 19673-A/2009 publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 212 de Novembro, Parte C, foi aberto procedimento concursal comum para o preenchimento de 56 postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior dos mapas de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P. na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para reforço da actividade de Assessoria Técnica aos Tribunais no âmbito do Tutelar Cível.

Procede-se à alteração do ponto 11.1.1 do referido aviso nos seguintes termos:

«11.1.1 — Prova de conhecimentos: Visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas necessárias ao exercício da função.

Na prova de conhecimentos é adoptada a escala de valoração de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas, tendo a mesma carácter eliminatório do procedimento para os candidatos que obtiverem valoração inferior a 9,500 valores.

A prova de conhecimentos revestirá a forma escrita, será individual, com consulta da legislação, terá a duração de 1 hora e 30 minutos e incidirá sobre os seguintes temas:

- Bases Gerais do Sistema de Segurança Social;
- Estatutos do ISS, I. P.;
- Vínculos, Carreiras e Remunerações;

- Direitos da Criança;
- Princípios Orientadores da Intervenção em Tutelar Cível;
- Intervenção no âmbito Tutelar Educativo;
- Intervenção no âmbito da Promoção e Protecção;
- Dinâmicas Familiares e Competências Parentais;
- Processo emocional da separação/divórcio nas crianças e nos adultos;
- Quadros legais que norteiam o divórcio e o exercício das responsabilidades parentais;
- Identificação dos factores de protecção e de risco;
- Mediação familiar.

Legislação:

- Lei de Bases da Segurança — aprovada pela Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro;
- Portaria n.º 638/2007 de 30 de Maio, alterada pela Portaria 1460-A/2009 de 31 de Dezembro;
- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;
- Constituição da República Portuguesa;
- Convenção sobre os Direitos da Criança — Resolução da Assembleia da República n.º 20/90 de 8 de Junho;
- Organização Tutelar de Menores, publicada pelo Decreto-Lei n.º 314/78 de 27 de Outubro;
- Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) — aprovada pela Lei n.º 147/99 de 01 de Setembro;
- Lei Tutelar Educativa — aprovada Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro;
- Código Civil — Livro IV — Direito da Família — artigos 1576.º a 2020.º;
- Alteração do Regime Jurídico do Divórcio — Lei n.º 61/2008 de 31 de Outubro;
- Recomendação n.º R(98)1 do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre Mediação Familiar.»

15-06-2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Nogueira de Lemos*.

203429487

Aviso n.º 13370/2010

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal dos Serviços Centrais — Instituto da Segurança Social, I. P.

Lista unitária de ordenação final

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna -se pública a lista unitária de ordenação final, do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado, da carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal dos Serviços Centrais, visando o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no Gabinete de Apoio Técnico, conforme Aviso n.º 3181/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 12 de Fevereiro de 2010 — DRH/TS/110/2009.

Candidatos aprovados:

Ordenação	Nome	Valor
1.º	Elisabeth Ferreira Ramos Carvalheira	17,16
2.º	Maria Paula Reixa da Cruz Silva	13,20
3.º	Maria Augusta Tavares Pessoa a)	12,33
4.º	João da Costa Marreiros a)	11,80

a) Candidato colocado em situação de mobilidade especial

A presente lista foi homologada por deliberação do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, IP, de 23 de Junho de 2010, tendo sido afixada no edifício dos Serviços Centrais, sito na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 82, Lisboa, e publicitada na página electrónica do Instituto.

24 de Junho de 2010. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

203429616